

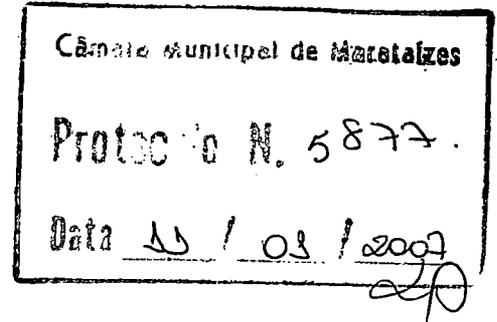


Prefeitura Municipal de Marataízes
Av. Rubens Rangel, nº 1604, Cidade Nova - 29345-000 - Marataízes
Tel: 28-3532-1247 Fax: 3532-1092 - Email: pmmgabinete@hotmail.com



Marataízes – ES, 11 de Janeiro de 2007.

A
Exma.
Presidente da Câmara Municipal de Marataízes
Sra. Íris Derlande Gomes do Espírito Santo



MENSAGEM Nº 001/07

Senhores Vereadores

Encaminhamos Projeto de Lei que **Autoriza o Poder Público Municipal de Marataízes a celebrar, temporariamente, por caráter excepcional, Convênio com o Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Esplendor da Noite.**

Projeto este que visa buscar dessa Casa de Leis, autorização para repassar valores às Escolas de samba deste Município, para realização do Carnaval 2007, como fonte de atração turística, que é indispensável para o incremento da economia, considerando que nosso Município sobrevive do Turismo.

A proposta se traduz em custo benefício, uma vez que vai incrementar o comércio, a indústria e os serviços, redundando em melhoria na tributação local.

O valor fixado para cada Escola/Bloco, esta devidamente orçado no corrente exercício.

Solicitamos aos *Nobres Edis*, que analisem o Presente Projeto de Lei, em caráter de urgência especial, sendo que nesta oportunidade, solicitamos a convocação de Sessão Extraordinária para a votação do presente projeto de Lei, com base no contido no inciso I do artigo 79, da Lei Orgânica do Município.

Na oportunidade os nossos cumprimentos a todos os Edis e aos funcionários desta Casa de Leis.

Marataízes, 11 de Janeiro de 2007.


Antônio Bitencourt
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI Nº 003. /2007.

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE MARATAÍZES A CELEBRAR, TEMPORÁRIAMENTE, POR CARÁTER EXCEPCIONAL, CONVÊNIO COM O GRÊMIO RECREATIVO BLOCO CARNAVALESÇO ESPLendor DA NOITE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Marataízes, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar o valor de **R\$ 18.000,00** (Dezoito Mil Reais), a título de subvenção ao **Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Esplendor da Noite**, CNPJ nº 28.404.267/001-63, estabelecido em Barra do Itapemirim, deste Município, para o desfile carnavalesco no Município de Marataízes em 2007.

Parágrafo Primeiro : O Valor da Subvenção do Município, da Entidade Carnavalesca referente a quantia supra citada será repassada via assinatura de Convênio, com as obrigações determinadas pelo Chefe do Executivo Municipal, principalmente a aplicação de contas, conforme extrato de convênio anexo , que integra a presente lei ;

Art. 2º - O recurso a ser utilizado para atender o disposto nesta Lei, esta contido no Orçamento 2007, conforme dotação orçamentária específica – 070001.136.950.0153.014 – Incentivo a blocos carnavalescos e apoio financeiro aos mesmos - 33350430000-Subvenções Sociais.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marataízes, 11 de Janeiro de 2007.


Antônio Bitencourt
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Marataízes
Estado do Espírito Santo

1

FOLHA DE
Nº 004

Convenio nº _____

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE MARATAÍZES E O GRÊMIO
RECREATIVO BLOCO CARNAVALES
ESPLENDOR DA NOITE.**

Os convenientes, o **MUNICÍPIO DE MARATAÍZES**, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço à Av. Rubens Rangel, 1.604, Cidade Nova, neste Município, inscrita no CNPJ o sob nº 01.609.408/0001-28, por seu representante legal, o Sr. **ANTONIO BITENCOURT**, adiante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e de outro lado o **GRÊMIO RECREATIVO BLOCO CARNAVALES CO ESPLENDOR DA NOITE**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.404.267/0001-63, estabelecido em Barra de Itapemirim, neste Município, representado neste ato, pelo _____, neste ato presentes através de seus representantes legais "in fine" assinados, têm entre si ajustado o presente **CONVÊNIO**, que estabelece condições para repasse de subvenção do **MUNICÍPIO** para realização do carnaval 2005, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - DO OBJETO

1 - Que, em consonância com o acordo firmado entre as partes, este **MUNICÍPIO** repassará subvenção para a realização do desfile carnavalesco de 2007, neste Município, aberto ao público, sem cobrança de ingresso.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - DO VALOR

2. 1 - Que em consonância com o citado acordo, o **MUNICÍPIO** repassará para o **ESPLENDOR DA NOITE**, a quantia de R\$ 18.000,00 (Dezoito Mil Reais).



Prefeitura Municipal de Marataízes
Estado do Espírito Santo

2

FOLHA DE
Nº 005

2.2 - O valor da subvenção do **MUNICÍPIO** ao **ESPLENDOR DA NOITE**, referente à quantia supracitada, deverá ser repassada, em duas (02) parcelas de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - DO REPASSE E DAS OBRIGAÇÕES

3.1 - A liberação da segunda parcela, ficara condicionada a prestação de contas da primeira, e apresentação das certidões de regularidade perante o INSS, FGTS e do Município.

3.2 - A prestação de contas de que trata o item anterior, será através de notas fiscais, ou recibos (RPA), nos casos em couber, de materiais e ou serviços especificamente voltados para o objeto conveniado.

3.3 - A agremiação assume compromisso de atender o **MUNICÍPIO** em todo os eventos durante o corrente ano, utilizando-se de seus equipamentos, usados no Carnaval do corrente ano, sem qualquer obrigatoriedade de repasse de novos recursos por este Município.

CLÁUSULA QUARTA

4 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - A dotação orçamentária do presente instrumento será a de Nº _____, Incentivo a Blocos Carnavalescos e apoio financeiro aos mesmos N _____ - **subvenções sociais**, constante do orçamento 2007.

CLÁUSULA QUINTA

5 - DO PRAZO

5.1 - O prazo do presente **CONVÊNIO** será de sessenta (60) dias, a contar da data de empenho .

5.2 - A prestação de contas final , deverá ser de até 30 dias , após o prazo fixado no item 5.1

5.3- A não prestação de contas , ou valores glosados , serão inscritos em dívida ativa , sob responsabilidade de seus diretores e presidentes , sem prejuízo do processo judicial cabível .



3



Prefeitura Municipal de Marataízes
Estado do Espírito Santo

CLÁUSULA SEXTA

6 - DO FORO

Fica eleito desde já, pelas partes, o Foro da Comarca de Marataízes - ES, para dirimir quaisquer dúvidas, oriundas do presente instrumento de Contrato, renúncia de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

Por estarem assim justas e acordadas entre si, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, para que se produzam os devidos efeitos legais de Direito.

Marataízes - ES, _____ de 2007.

MUNICIPIO DE MARATAIZES
Antonio Bitencourt

Grêmio Recreativo Bloco
Carnavalesco
Esplendor da Noite

Roberto Ferreira Malta
Secretária Municipal de Turismo

Testemunhas:

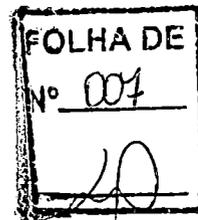
1. _____

2. _____



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo



Certidão

CERTIFICO que o presente Projeto de Lei sob nº 003/2007, foi lido em Sessão Extraordinária, realizada nesta data no Plenário desta Casa de Leis.

O referido é verdade.

Secretaria da Câmara Municipal de Marataízes – ES, em 15 de janeiro de 2007.

Daiana Araújo Carvalho de Oliveira
Diretora Administrativa da C.M.M.



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

Câmara Municipal de Marataízes
PROTEÇÃO N. 5887
Data 15/01/07

PARECER DO PROCURADOR...008./2007:

Protocolo: 5877 – Projeto de Lei 003/2007

Assunto: *Autoriza o Poder Público Municipal a celebrar temporariamente por caráter excepcional, convênio com o Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Esplendor da Noite;*

Autoria: Chefe do Poder Executivo Municipal;

FOLHA DE
Nº 008
<i>[Handwritten signature]</i>

A proposição é de caráter meramente autorizativo e se insere no âmbito e iniciativa do Poder Executivo, conforme se vê da LOM em seu art. 106, XI.

De leitura ao corpo do projeto não extraí, ao menos em análise superficial, qualquer impedimento ao normal processamento e apreciação pelo Plenário, após ouvidas as comissões correspondentes.

Para aprovação será necessária maioria simples, presentes, no mínimo, a maioria absoluta dos vereadores da Casa, na forma do art. 217 do REGIN

A questão orçamentária, como se vê do art. 2º não foi esquecida, e, sim, inserida no contexto da proposição, o que faz antevê como observados os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal;

É como vejo.

Marataízes, em 15 de janeiro de 2007;

[Handwritten signature]
Edmilson Gariolli
Procurador;



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo



Despacho

Determino que o presente Projeto de Lei nº 003/07, seja remetido a Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação Final, para análise e emissão de parecer.

Câmara Municipal de Marataízes, em 12 de janeiro de 2007.

Íris Derlande Gomes do Espírito Santo
Presidente da C.M.M.



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

FOLHA DE

Nº 030

20

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO FINAL.

Projeto de Lei nº 003/2007, que autoriza o Poder Público Municipal de Marataízes a celebrar, temporariamente, por caráter excepcional, convenio com o Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Esplendor da Noite, e dá outras providências.

Do ponto de vista constitucional, não há qualquer óbice à sua aprovação.

Assim, sendo que a presente proposição não fere qualquer dispositivo constitucional, esta comissão aprova pela CONSTITUCIONALIDADE do projeto de lei.

É o parecer.

Marataízes, 12 de janeiro de 2007.

Câmara Municipal de Marataízes - Plenário Elias Silva


ELEMAR SANT'ANA
Presidente - Relator


CLEBER JUNIOR PEREIRA BENTO
Vice-Presidente

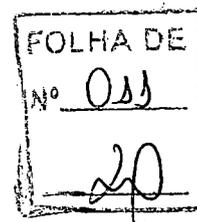
ADEMILTON RODOVALHO COSTA (*ausente*)
Membro

Rodrigo Cardoso Soares Bastos
Assessor Jurídico
(*ausente*)



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo



Despacho

Determino que o presente Projeto de Lei nº 003/07, seja remetido a Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas, para análise e emissão de parecer.

Câmara Municipal de Marataízes, em 12 de janeiro de 2007.



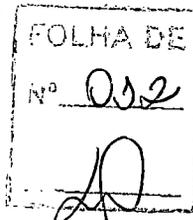
Iris Derlande Gomes do Espírito Santo
Presidente da C.M.M.



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO,
CONTROLE E TOMADA DE PREÇOS



Projeto de Lei nº 003/2007, que autoriza o Poder Público Municipal de Marataízes a celebrar, temporariamente, por caráter excepcional, convenio com o Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Esplendor da Noite, e dá outras providências.

Veio-nos para análise o presente projeto de lei, que após estudo minucioso, constatou-se a inexistência de qualquer óbice à sua aprovação.

É o parecer.

Marataízes, em 12 de janeiro de 2007.

*Câmara Municipal de Marataízes.
Plenário Elias Silva.*


LUIZ CARLOS SILVA ALMEIDA
Presidente


ELEMAR SANT'ANA
Vice-presidente

NEOLAN CESAR BARBOSA RIBEIRO (*ausente*)
Membro

Rodrigo Cardoso Soares Bastos
Assessor Jurídico
(*ausente*)



Câmara Municipal de Marataízes



CERTIDÃO

CERTIFICO que o presente Projeto de lei sob nº 003/2007, foi **APROVADA** em Sessão Extraordinária, na data de hoje, e mereceu a seguinte votação:

Ademilton Rodovalho costa:.....Ausente
Agissé Melchiades de Souza Filho:.....Ausente
Cléber Júnior Pereira Bento:.....Sim
Edmo Carlos Brandão Mendes.....Ausente
Elemar Sant'Ana:.....Sim
Euci Fernandes da Rocha:.....Sim
Íris Derlandes Gomes do Espírito Santo:.....**Presidente**
Luiz Carlos Silva Almeida:.....Sim
Neolan César Barbosa Ribeiro:.....Ausente

DECISÃO: Em votação decidiu o Plenário, **APROVAR** por unanimidade dos presentes.

O referido é verdade.

Câmara Municipal de Marataízes – ES, em 15 de janeiro de 2007,* do Plenário “Elias Silva”.


Íris Derlande Gomes do Espírito Santo
Presidente da C.M.M.

* Irá S Mendes



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

P. M. M. N.	1150
19 / 01 / 07	
PROTOCOLISTA	

Autografo de Lei nº 009/2007

Autoriza o Poder Público Municipal de Marataízes a celebrar, temporariamente, por caráter excepcional, convênio com o grêmio recreativo Bloco Carnavalesco Esplendor da Noite, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Marataízes, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que a Câmara **aprova** e o Executivo Municipal **sanciona** a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar o valor de **R\$ 18.000,00** (Dezoito Mil Reais), a título de subvenção ao **Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Esplendor da Noite**, CNPJ nº 28.404.267/001-63, estabelecido em Barra do Itapemirim, deste Município, para o desfile carnavalesco no Município de Marataízes em 2007.

Parágrafo Único: O Valor da Subvenção do Município, da Entidade Carnavalesca referente a quantia supra citada será repassada via assinatura de Convênio, com as obrigações determinadas pelo Chefe do Executivo Municipal, principalmente a aplicação de contas, conforme extrato de convênio anexo, que integra a presente lei;

Art. 2º - O recurso a ser utilizado para atender o disposto nesta Lei, esta contido no Orçamento 2007, conforme dotação orçamentária específica - 070001.136.950.0153.014 - Incentivo a blocos carnavalescos e apoio financeiro aos mesmos - 33350430000- Subvenções Sociais.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria da C.M.M., 18 de janeiro de 2007.


Íris Derlande Gomes do Espírito Santo
Presidente da C.M.M.

FOLHA DE
Nº 084




DIÁRIO OFICIAL

2014

MUNICÍPIO DE MARATAÍZES

Espírito Santo

E-mail: pmmprocuradoria@mtznet.com.br

15
OR

ANO II - Marataízes, Sexta-Feira, 19 de Janeiro de 2007

Criado pela Lei Municipal - nº 872/2005- Distribuição Gratuita

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

consideradas entidades representativas dos usuários dos serviços de saúde no Município:

I - aquelas constituídas exclusivamente para esse fim, inclusive as específicas de portadores de determinadas moléstias ou deficiências;

II - as entidades sindicais e órgãos de classe que tenham base territorial no Município, ainda que suas atividades se estendam a outros municípios ou unidades da Federação;

III - as associações comunitárias legalmente constituídas no Município, sem fins lucrativos;

IV - as entidades de defesa de interesses públicos, legalmente constituídas no Município, mesmo que estendam sua atuação a outros municípios e unidades da Federação.

§ 2º - Os órgãos ou entidades previstos no "caput" deste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus membros.

Art. 7º - O Conselho terá um Vice-Presidente, eleito entre seus membros juntamente com o presidente, e um Secretário Geral escolhido pelo presidente eleito, os quais terão especificamente suas atribuições reguladas no Regimento interno.

Art. 8º - O CMS reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente, ou a requerimento da maioria simples de seus membros, sendo as reuniões abertas ao público.

§ 1º - As sessões plenárias do CMS instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos dos presentes.

§ 2º - Ocorrendo falta de "quorum" para instalação do Plenário em primeira convocação, automaticamente 30 (trinta) minutos após a primeira, a assembléa será instalada em segunda convocação, onde a reunião ocorrerá com qualquer número de conselheiros presentes.

§ 3º - Cada membro tem direito a 01 (um) voto.

§ 4º - O Presidente terá, além do voto comum, o de qualidade, assim como a prerrogativa de deliberar "ad referendum" do Plenário.

Art. 9º - Nos seus impedimentos, o Presidente será substituído pelo Secretário do CMS, indicado na forma regimental.

Art. 10º - As decisões do Conselho deverão manifestar-se por meio de resoluções, recomendações, moções e outros atos deliberativos.

Art. 11 - O Conselho Municipal de Saúde (CMS) poderá convidar entidades, autoridades, cientistas e técnicos nacionais ou estrangeiros, sem direito a voto no Conselho, para colaborarem em estudos ou participarem de comissões instituídas no âmbito do próprio CMS, sob a coordenação de um de seus membros, desde que, não exista nenhum ônus para o CMS e para o Município.

Art. 12 - O Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, devidamente aprovado pelo atual Conselho, deverá servir como base, para sua formatação, seguindo rigorosamente o contido na presente lei.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Marataízes, 19 de Janeiro de 2007.

Antônio Bitencourt
Prefeito Municipal

LEI Nº 1039 / 2007

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR 10 (DEZ) MONITORES, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Marataízes, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar temporariamente, 10 (dez) monitores, para atender as necessidades imperiosas da Secretaria Municipal de Ação Social, com vistas para o funcionamento do PETI - PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, para os turnos matutino e vespertino, os quais auxiliarão nas instruções sobre música, reforço escolar, educação física, atividades recreativas, e acompanhamento de psicólogos e pedagogo, visando atender as exigências do Ministério da Assistência e Promoção Social.

Parágrafo Único: A carga horária dos contratados será a prevista na Lei nº 053/97 e Lei Orgânica do Município, não podendo ultrapassar as 44 horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, sairão de dotação orçamentária específica - Secretaria Municipal de Ação Social, através do repasse do Programa do PETI, autorizada a sua suplementação, caso necessário.

Art. 3º Os vencimentos dos monitores, terão por base o Salário Mínimo Nacional.

Art. 4º O contrato de cada monitor terá vigência de 01 de Janeiro de 2007 à 31 de Dezembro de 2007, podendo ser renovado por mais 12 meses.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marataízes, 19 de Janeiro de 2007.

Antônio Bitencourt
Prefeito Municipal

LEI Nº 1040 / 2007

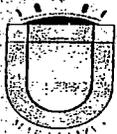
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALUGAR IMÓVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Marataízes, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alugar o imóvel situado à Avenida Rubens Rangel s/n, Bairro Cidade Nova, Município de Marataízes, próximo a Prefeitura, para funcionamento da Delegacia de Polícia Civil de Marataízes.

Parágrafo Único: O valor do aluguel do imóvel será de R\$ 550,00 (Quinhentos e Cinquenta Reais) mensais, durante o período de 01/01/07, à 31/12/07.

Art. 2º O crédito especial será aberto por decreto do Poder Executivo Municipal, na forma ordenada pelo artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/64.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MARATAÍZES

Espírito Santo

E-mail: pmmprocuradoria@mtznet.com.br

ANO II - Marataízes, Sexta-Feira, 19 de Janeiro de 2007

Criado pela Lei Municipal - nº 872/2005- Distribuição Gratuita

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 3º As contas de recursos para acobertar a pesa proposta, poderão ser também suplementadas, caso necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marataízes, 19 de Janeiro de 2007.

Antônio Bitencourt
Prefeito Municipal

LEI Nº 1041 / 2007

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALUGAR IMÓVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Marataízes, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte lei:

1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alugar, no período de 01/01/07 a 31/12/07, mediante assinatura de convênio com o governo estadual, na forma como exige o artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal, um imóvel localizado na cidade de Marataízes, para ali fazer funcionar o CIRETRAM no município.

2º O crédito especial será aberto por decreto do Poder Executivo Municipal, na forma ordenada pelo artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/64.

3º As contas de recursos para acobertar a despesa proposta, poderão ser também suplementadas, caso necessário.

4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marataízes, 19 de Janeiro de 2007.

Antônio Bitencourt
Prefeito Municipal

LEI Nº 1043 / 2007

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE MARATAÍZES A CELEBRAR, TEMPORÁRIAMENTE, POR CARÁTER EXCEPCIONAL, CONVÊNIO COM O GRÊMIO RECREATIVO E ESCOLA DE SAMBA ALEGRIA ALEGRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Marataízes, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte lei:

1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar o valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito Mil Reais), a título de subvenção ao GRÊMIO RECREATIVO E ESCOLA DE SAMBA ALEGRIA ALEGRIA, CNPJ nº 31.299.381/0001-85, estabelecido em Barra do Itapemirim, deste Município, para o desfile carnavalesco no Município de Marataízes em 2007.

Parágrafo Primeiro: O Valor da Subvenção do Município, da Entidade Carnavalesca referente a quantia supra citada será repassada via assinatura de Convênio, com as obrigações determinadas pelo Chefe do Executivo Municipal, principalmente a aplicação de contas.

determinadas pelo Chefe do Executivo Municipal, principalmente a aplicação de contas, conforme extrato de convênio anexo, que integra a presente lei;

Art. 2º - O recurso a ser utilizado para atender o disposto nesta Lei, esta contido no Orçamento 2007, conforme dotação orçamentária específica - 070001.136.950.0153.014 - Incentivo a blocos carnavalescos e apoio financeiro aos mesmos - 33350430000- Subvenções Sociais;

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marataízes, 19 de Janeiro de 2007.

Antônio Bitencourt
Prefeito Municipal

LEI Nº 1044 / 2007

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE MARATAÍZES A CELEBRAR, TEMPORÁRIAMENTE, POR CARÁTER EXCEPCIONAL, CONVÊNIO COM O GRÊMIO RECREATIVO BLOCO CARNAVALESKO ESPLendor DA NOITE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Marataízes, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar o valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito Mil Reais), para a título de subvenção Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Esplendor da Noite, CNPJ nº 28.404.267/001-63, estabelecido em Barra do Itapemirim, deste Município, para o desfile carnavalesco no Município de Marataízes em 2007.

Parágrafo Único: O Valor da Subvenção do Município, da Entidade Carnavalesca referente a quantia supra citada será repassada via assinatura de Convênio, com as obrigações determinadas pelo Chefe do Executivo Municipal, principalmente a aplicação de contas.

Art. 2º - O recurso a ser utilizado para atender o disposto nesta Lei, esta contido no Orçamento 2007, conforme dotação orçamentária específica - 070001.136.950.0153.014 - Incentivo a blocos carnavalescos e apoio financeiro aos mesmos - 33350430000- Subvenções Sociais.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marataízes, 19 de Janeiro de 2007.

Antônio Bitencourt
Prefeito Municipal

LEI Nº 1045 / 2007

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DAS LEIS MUNICIPAIS NºS 001/97; 076/97; 194/98; 295/00; 780/04; 932/05 E 896/05, REFERENTE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, E CRIA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO DE MARATAÍZES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Marataízes, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara



DIÁRIO OFICIAL

ch = 14

MUNICÍPIO DE MARATAÍZES
Espírito Santo

E-mail: pmimprocuradoria@mtznet.com.br

ANO II - Marataízes, Sexta-Feira, 19 de Janeiro de 2007.
Criado pela Lei Municipal - nº 872/2005- Distribuição Gratuita

17
OMK

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam alteradas as Leis Municipais números: 001/97 ; 076/97 ; 194/98; 295/00 ; 780/04 ; 932/05 e 896/05 , referente a estrutura administrativa e cria a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO DE MARATAÍZES** ;

Parágrafo único - Entende-se por Secretaria de Segurança e Trânsito de Marataízes, a atuação dos órgãos públicos municipais de forma articulada, priorizando as políticas públicas de segurança do patrimônio Público e de controle do trânsito urbano e a prevenção contra a violência.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito incumbir:

I - Estabelecer as políticas, diretrizes e programas de segurança no Município de Marataízes;

II - Executar, através de seus órgãos, as políticas públicas de interesse da pasta, coordenando e gerenciando a integração com as políticas sociais do Município que, direta ou indiretamente, interfiram nos assuntos de segurança do Patrimônio Público e a prevenção contra a violência no Município;

III - Estabelecer relação com os órgãos de segurança estaduais e federais, visando ação integrada no município de Marataízes, inclusive com planejamento e integração no sistema de comunicação;

V - Coordenar as atividades de Assistência Militar ao Gabinete do Prefeito;

V - Firmar convênio com os organismos de segurança estadual ou federal, visando o policiamento, controle, fiscalização e a educação do Trânsito Municipal;

VI - Priorizar as ações de policiamento investigativo, preventivo e ostensivo, através de convênio e /ou intercâmbio com organismos de segurança do estado, federal, inclusive outros estados, na defesa do interesse público local;

III - Firmar convênio de parceria que vise as ações de Interesse Público local, quando necessário, com entidades nacionais ou estrangeiras devidamente autorizadas, que exerçam atividades destinadas a estudos e pesquisas de interesse da segurança do município de Marataízes;

III - Utilizar todos os meios de informações estatísticos das polícias estadual e federal, para a efetivação das ações de interesse público local e de interesses comuns aos conveniados;

IV - Planejar, fixar diretrizes, coordenar e executar a fiscalização do policiamento de trânsito de competência municipal, nos termos a legislação em vigor e de Convênio de municipalização;

V - Auxiliar o fisco municipal nas ações de fiscalização de serviços, alvarás, convênio com a SEFAZ-ES, inclusive na exigência de atualização do IPVA, no âmbito do município de Marataízes;

I - Dar apoio as atividades do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar do Município de Marataízes ;

Art. 3º A Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito , passa a vigorar com a seguinte estrutura, através dos Cargos em comissão :

01 (um) cargo de Secretário Municipal de Segurança e Trânsito - CC 1 ;

01 (um) cargo de Assessor Jurídico - (CC-2) ;

02 (dois) cargos de Assessor Técnico Administrativo - CC-

2-A , com salário de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais) ;

§ 1º - Enquanto não houver suporte orçamentário para as contratações de que trata o caput deste artigo, as nomeações serão gradativamente preenchidas, utilizando-se das dotações do Gabinete do Prefeito e da Procuradoria Geral.

§ 2º - A Secretaria ora criada poderá valer-se dos organismos da estrutura municipal, até que haja condições orçamentárias e financeiras para efetivação do contingente técnico necessário.

§ 3º - Os cargos de que trata a estrutura criada pelo caput deste artigo, fica acoplada à estrutura administrativa do Município, regido pela Lei Municipal 053/97.

Art. 4º Compete ao Secretário Municipal de Segurança e Trânsito :

I - Coordenar a política de segurança do patrimônio público e trânsito municipal;

II - Celebrar convênios de parcerias para as ações de interesse municipal e, comuns aos conveniados, nos termos do Art. 5º desta lei ;

III - Delegar competência, quando necessária, respeitada a LOM (Lei Orgânica Municipal) ;

IV - Indicar , em comum acordo com o Prefeito Municipal , o comandante da Guarda Civil Municipal;

V - Responder aos organismos de Segurança, Administrativos, Ministério Público, Câmara Municipal, sempre quando solicitado, para assuntos pertinentes a função;

VI - Coordenar o Conselho Municipal de Segurança.

Art. 5º Compete a Assessoria Jurídica, assessorar o Secretário, os demais órgãos da Secretaria, nos assuntos jurídicos que lhe são pertinentes, emitindo pareceres, subordinados e homologados pelo Procurador-Geral do Município ;

Art. 6º Compete a Assessoria Técnica Administrativa , assessorar o Secretário e os organismos da Secretaria, nos assuntos de natureza administrativa, bem como, desenvolver estudos e atividades relacionados com a área de segurança e exercer outras atividades relacionadas com a função, nos termos desta lei.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, via decreto , no valor de até R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais), para cobrir as despesas decorrentes desta lei, utilizando-se dos recursos de anulação parcial de dotações do orçamento em vigência ;

Art. 8º - Para os exercícios seguintes, a secretaria ora criada, que passa a integrar a estrutura funcional administrativa desta Prefeitura, será contemplada com as dotações específicas.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Segurança do Estado, efetivando a municipalização do trânsito em Marataízes.

Art. 10º O Poder Executivo apresentará o projeto de criação da Guarda Civil Municipal e a sua estruturação, em até 01 (hum) ano.

Art. 11º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marataízes, 19 de Janeiro de 2007.

Antônio Bitencourt
Prefeito Municipal

nº 14

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MARATAIZES
Espírito Santo
E-mail: pmmprocuradoria@mtznet.com.br

ANO II - Marataizes, Sexta-Feira, 19 de Janeiro de 2007
Criado pela Lei Municipal - nº 872/2005 - Distribuição Gratuita

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensado de Licitação a revisão e conserto de veículos na Secretaria Municipal de Saúde (Van Renault Máster 12; Van Renault Máster MQK 5823, e ambulância MQK Firma Atlântica Automóveis, cuja concessionária é autorizada no estado. Com amparo legal no Artigo 25, da lei 8.666, torna-se público o prazo de 5 (cinco) dias de festação, após publicação.

Vanda B. P. Bueno
Procuradora Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Município de Marataizes - ES, torna público para conhecimento dos interessados, que com fulcro no artigo 25, III, 366/93, estará contratando empresa artística, Céu da Juçoes Eventos e Serviços Ltda, para shows da Banda Populares, no dia 27/01/07 e 04/02/07, no valor total de R\$ para atender Projetos de Verão 2007 no Município.

Marcos Roberto R. Ferreira
Presidente de Licitação

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Município de Marataizes - ES, torna público para conhecimento dos interessados, que com fulcro no artigo 49, da Lei 8.666/93, revoga o Pregão nº 106/06 - Aquisição de materiais - com sua posterior repetição.

Marcos Roberto R. Ferreira
Presidente de Licitação

INTIMAÇÃO

INTIMAÇÃO Nº 239/07

Fica o abaixo qualificado, intimado a recolher aos cofres municipais, no prazo de 20 (vinte) dias contados a partir da data da publicação da presente intimação, conforme determina o Art. 100 § 1º e 2º da Lei Municipal 713/03. Findo o prazo legal será o Auto de Infração encaminhado ao setor de Dívida Ativa para cobrança judicial.

PEDRO RIBEIRO HOTEL
081023/0001-15
R. AVN. Atlântica, 540 Bairro Barra de Itapemirim
Marataizes - ES
Item 09 subitem 9.01 da lista de serviços constante no Edital Municipal 750/03 (hospedagem de qualquer natureza em

Dispositivo LEGAL INFRINGIDO: Art. 77, § 2º da Lei Municipal 713/03
EMBASAMENTO LEGAL DA PENALIDADE: Art. 58, inciso V, alínea "C" da Lei Municipal 750/03
VALOR DA PENALIDADE A RECOLHER: R\$ 400,00 (quatrocentos reais)

Marataizes, 19 de Janeiro de 2007
José Ildo Goulart
Secretário Municipal de Finanças

INTIMAÇÃO

REFERÊNCIA: AUTO DE INFRAÇÃO Nº 216/07

Fica o abaixo qualificado, intimado a recolher aos cofres municipais, no prazo de 20 (vinte) dias contados a partir da data da publicação da presente intimação, conforme determina o Art. 100 § 1º e 2º da Lei Municipal 713/03. Findo o prazo legal será o Auto de Infração encaminhado ao setor de Dívida Ativa para cobrança judicial.

AUTUADO: SILVANA DA SILVA
CPF: 080.782.307-45
ENDEREÇO: Avenida Rubens Rangel, 489 Bairro Ilmenita
Marataizes - ES

ATIVIDADE: Restaurante
DISPOSITIVO LEGAL INFRINGIDO: Art. 77 § 2º da Lei Municipal 713/2003
EMBASAMENTO LEGAL DA PENALIDADE: Art. 58, inciso V, alínea "C" da Lei Municipal 750/03
VALOR DA PENALIDADE A RECOLHER: R\$ 402,55 (quatrocentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos)

Marataizes, 19 de janeiro de 2007
José Ildo Goulart
Secretário Municipal de Finanças

18
ESP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MARATAÍZES
Espírito Santo

E-mail: pmmprocuradoria@mtznet.com.br

ANO II - Marataízes, Sexta-Feira, 19 de Janeiro de 2007

Criado pela Lei Municipal - nº 872/2005- Distribuição Gratuita

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 3º As contas de recursos para acobertar a despesa proposta, poderão ser também suplementadas, caso necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marataízes, 19 de Janeiro de 2007.

Antônio Bitencourt
Prefeito Municipal

LEI Nº 1041 / 2007

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALUGAR IMÓVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Marataízes, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte lei:

1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alugar, no período de 01/01/07 a 31/12/07, mediante assinatura de convênio com o governo estadual, na forma como exige o artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal, um imóvel localizado na cidade, para ali fazer funcionar o CIRETRAM no município.

2º O crédito especial será aberto por decreto do Poder Executivo Municipal, na forma ordenada pelo artigo 42 da Lei nº 4.320/64.

3º As contas de recursos para acobertar a despesa proposta, poderão ser também suplementadas, caso necessário.

4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marataízes, 19 de Janeiro de 2007.

Antônio Bitencourt
Prefeito Municipal

LEI Nº 1043 / 2007

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE MARATAÍZES A CELEBRAR, TEMPORÁRIAMENTE, POR CARÁTER EXCEPCIONAL, CONVÊNIO COM O GRÊMIO RECREATIVO E ESCOLA DE SAMBA ALEGRIA ALEGRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Marataízes, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte lei.

1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar o valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito Mil Reais), a título de subvenção ao GRÊMIO RECREATIVO E ESCOLA DE SAMBA ALEGRIA ALEGRIA, CNPJ nº 31.299.381/0001-85, estabelecido em Barra do Itapemirim, deste Município, para o desfile carnavalesco no Município de Marataízes em 2007.

Parágrafo Primeiro: O Valor da Subvenção do Município, da Entidade Carnavalesca referente a quantia supra citada será repassada via assinatura de Convênio, com as obrigações determinadas pelo Chefe do Executivo Municipal, principalmente a aplicação de contas.

determinadas pelo Chefe do Executivo Municipal, principalmente a aplicação de contas, conforme extrato de convênio anexo, que integra a presente lei;

Art. 2º - O recurso a ser utilizado para atender o disposto nesta Lei, esta contido no Orçamento 2007, conforme dotação orçamentária específica - 070001.136.950.0153.014 - Incentivo a blocos carnavalescos e apoio financeiro aos mesmos - 33350430000- Subvenções Sociais.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marataízes, 19 de Janeiro de 2007.

Antônio Bitencourt
Prefeito Municipal

LEI Nº 1044 / 2007

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE MARATAÍZES A CELEBRAR, TEMPORÁRIAMENTE, POR CARÁTER EXCEPCIONAL, CONVÊNIO COM O GRÊMIO RECREATIVO BLOCO CARNAVALESCO ESPLENDOR DA NOITE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Marataízes, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar o valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito Mil Reais), para a título de subvenção Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Esplendor da Noite, CNPJ nº 28.404.267/001-63, estabelecido em Barra do Itapemirim, deste Município, para o desfile carnavalesco no Município de Marataízes em 2007.

Parágrafo Único: O Valor da Subvenção do Município, da Entidade Carnavalesca referente a quantia supra citada será repassada via assinatura de Convênio, com as obrigações determinadas pelo Chefe do Executivo Municipal, principalmente a aplicação de contas.

Art. 2º - O recurso a ser utilizado para atender o disposto nesta Lei, esta contido no Orçamento 2007, conforme dotação orçamentária específica - 070001.136.950.0153.014 - Incentivo a blocos carnavalescos e apoio financeiro aos mesmos - 33350430000- Subvenções Sociais.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marataízes, 19 de Janeiro de 2007.

Antônio Bitencourt
Prefeito Municipal

LEI Nº 1045 / 2007

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DAS LEIS MUNICIPAIS NºS 001/97; 076/97; 194/98; 295/00; 780/04; 932/05 E 896/05, REFERENTE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, E CRIA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO DE MARATAÍZES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Marataízes, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara